

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 99.890 - AL (2018/0156372-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : WENDELL ALBUQUERQUE SARMENTO (PRESO)
ADVOGADO : RONALD PINHEIRO RODRIGUES - AL014732
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

WENDELL ALBUQUERQUE SARMENTO alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas** no Habeas Corpus n. 0803211-87.2017.8.02.0000.

O recorrente – denunciado pela suposta prática dos crimes dos arts. 157, § 2º, I e II, c/c 288, parágrafo único, ambos do Código Penal, c/c o art. 244-B do ECA –, encontra-se custodiado preventivamente desde 12/4/2017. O Tribunal de origem denegou a ordem de habeas corpus lá impetrada.

Nesta Corte, a defesa sustenta a inépcia da denúncia e a ausência de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva.

Decido.

Às fls. 220-227, o Magistrado instrutor do feito informa a prolação de sentença condenado o ora recorrente pela prática dos delitos, em concurso formal, do art. 157, § 2º, I e II, c/c o art. 288, parágrafo único, c/c o art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Prevalece o entendimento de que com a prolação de sentença condenatória, **fica esvaída a análise do pretendido reconhecimento de inépcia da denúncia**. Isso porque, se, após toda a análise do conjunto fático-probatório amalhado aos autos ao longo da instrução criminal, já houve um pronunciamento sobre o próprio mérito da persecução penal (a denotar, *ipso facto*, a plena aptidão da inicial acusatória), não há mais sentido em se analisar eventual ausência de requisitos formais da exordial acusatória.

Vale dizer, se houve condenação, é porque já existiu prévia e ampla dilação probatória, na qual foi devidamente aferida a presença de elementos bastantes não apenas para o recebimento da denúncia, mas até

para a condenação do recorrente.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados: **AgRg no RHC n. 37.082/MG** (Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 12/8/2016), **RHC n. 66.237/PR** (Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 1º/8/2016), **AgRg no REsp n. 1.574.813/PR** (Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 1º/8/2016), **AgRg nos EDcl no AREsp n. 637.468/SC** (Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 29/6/2016) e **AgRg no REsp n. 1.594.660/SC** (Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 30/6/2016).

Ante a superveniência da sentença condenatória, tem-se concluído que "não cabe a esta Corte averiguar a motivação do novo decreto construtivo sem que haja prévia submissão desta tese ao Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância" (**AgRg no HC n. 251.260/MG**, Rel. Ministro **Og Fernandes**, 6ª T., DJe 24/6/2013). No mesmo sentido, confira-se o seguinte julgado da Quinta Turma: **HC n. 243.953/MG**, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, DJe 13/3/2013.

À vista do exposto, **julgo prejudicado** este recurso ordinário em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**